

103

Notáveis já têm

ass
com
14 SET 1985

500 sugestões à Carta Magna

JORNAL DE BRASÍLIA

O Ministério da Justiça já recebeu cerca de 500 cartas encaminhadas à Comissão Provisória de Estudos Constitucionais com as mais variadas sugestões da sociedade, entre as quais destacam-se a reivindicação de que a Assembleia Nacional Constituinte seja extinta com a promulgação da Nova Carta Magna e eleito novo Congresso. Dos "gays" à comunidade evangélica brasileira, notadamente a Assembleia de Deus, diversos segmentos da sociedade querem influir na elaboração da nova Constituição, estando enviando diariamente dezenas de reivindicações, sugestões e propostas.

O Ministério chegou mesmo a receber um esboço inteiro de anteprojeto de Constituição, elaborado por dona Maria Isabel de Sant'Ana, de Belém do Pará. Segundo o artigo 7º de sua proposição, o texto constitucional da Nova República institui pura e simplesmente, em linhas gerais, a Nova Ordem, evitando a repetição de textos de lei e decretos já consagrados pela legislação.

Já no artigo 8º, dona Maria Isabel, explica o que seria a Nova Ordem: "Ela se resume na instalação da Nova República, cujo objetivo é o desenvolvimento político, econômico e social, tendo como metas prioritárias a dívida externa, o combate à inflação, à recessão e ao desemprego".

O Grupo Gay da Bahia — com nome registrado em cartório —, por sua vez, reivindica o direito à livre opção sexual dos cidadãos, bem como o amparo legal que possibilite detectar e extinguir a discriminação nas suas múltiplas faces". O Grupo observa que a comunidade espera ser ouvida, como qualquer outro segmento social, estimulada pela "esperança de que a prática democrática faça-se também sentir no âmbito dos costumes".

O senhor Sérgio Lucas de Freitas, de Catolé (PB), deseja, com a ajuda da União, a edição de uma revista em cores, tipo Veja ou Manchete, com artigos de uma dezena de celebridades nacionais sobre a Constituinte. Já a comunidade evangélica, especialmente a Assembleia de Deus, encaminhou uma centena de cartas ao Ministério, inconformada em não ter representantes na Comissão pré-Constituinte.

Outros missivistas manifestam a vontade de que seja permitida a apresentação de candidaturas avulsas à Assembleia Nacional Constituinte e argumentam: "Permitiria a participação de pessoas desvinculadas da vida partidária e, dessa forma, asseguraria uma representatividade ainda mais ampla".

Há também cartas protestando contra a criação de uma comissão composta fundamentalmente de juristas. Segundo os signatários, a elaboração de Carta Magna é tarefa exclusiva dos futuros constituintes.